

SUS, uma calamidade pública.

COM A ADMISSÃO DESSE QUADRO, O GOVERNO PEDE A LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO FAT.

O Diário Oficial publica hoje um decreto que reconhece o estado de calamidade pública na rede hospitalar integrada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, o governo pode pedir ao Congresso a liberação recursos da ordem de Cr\$ 35 trilhões de Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para quitar sua dívida com a rede hospitalar conveniada ao SUS.

A liberação só pode ser efetivada mediante lançamento de Notas do Tesouro Nacional. "Isto significa utilização de verbas suplementares do Tesouro, o que só é permitido, através de medida provisória, em caso de emergência ou calamidade pública", explicou o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves. A medida



Hargreaves, ministro-chefe da Casa Civil, diz que o governo já enviou medida provisória ao Congresso.

provisória foi encaminhada ontem mesmo ao Congresso.

Os hospitais conveniados encerram hoje o locaute, iniciado há uma semana, e voltam a atender os pacientes do SUS, conforme recomendação feita ontem pela Federação Brasileira de Hospitais. Os hospitais protestavam contra o atraso dos pagamentos de serviços médicos de ambulatorios e de internações hospitalares. Hoje, o governo paga cerca de Cr\$ 6 trilhões, como parte da dívida de

abril, e até quarta-feira quitará o débito de Cr\$ 35 trilhões com os conveniados. "É uma projeção otimista. Acreditamos que o dinheiro será liberado somente na próxima sexta-feira", afirmou o presidente da Federação, Carlos Eduardo Ferreira.

Haddad quer 20% do IPMF

HOSPITAIS QUEREM PAGAMENTO REGULAR

Ajudas como a da Prefeitura — que lhe destinou uma verba de Cr\$ 50 bilhões — são bem-vindas mas a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo precisa mesmo é da regularização do pagamento do Inamps, afirmou o diretor técnico da Santa Casa, Luiz Roberto Musolino.

Segundo a Federação dos Hospitais, apesar da liberação dos Cr\$ 35 trilhões, o governo ainda não forneceu o cronograma de pagamento dos serviços

médicos para os próximos meses. O ministro da Saúde, Jamil Haddad, não perde as esperanças de obter mais recursos para o setor. Ele espera a recuperação de Cr\$ 29 trilhões cortados do orçamento de seu ministério e suplementações que estão sendo pleiteadas. Se não houver veto do presidente Itamar Franco, o ministério poderá ficar também com 20% da arrecadação do IPMF, cerca de US\$ 120 milhões mensais.